

O PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO DE SANTA LUZ – BA, NO PERÍODO DE 1997 À 2017.

José Romildo Pereira Lima ¹

Orientadora: Maria Jucilene Lima Ferreira²

Introdução: Por muito tempo a educação brasileira foi pensada por parâmetros das classes dominantes, como modelo único para toda a sociedade. Estabelecendo proposições educacionais numa visão urbanizada negando as características sociais, políticas e culturais do campo e sua população.

Numa visão neoliberal a população camponesa foi submetida a um processo de escolarização que negava seu modo de vida e produção em detrimento ao desenvolvimento da produção das grandes indústrias e a cultura urbana. Refutando ao homem e a mulher do campo uma educação que atendesse as suas peculiaridades e valorizasse sua cultura no intuito de mantê-los subordinados, afetando sua identidade sociocultural.

A Constituição Federal de 1988 representa um grande avanço na questão educacional brasileira, principalmente para a população rural que por longos anos viveram procrastinados ao descaso de construção e implantação de planos educacionais conflitantes com seu modo de vida, obrigando-os a encontrarem-se num modelo educacional cidadão. Pois, a mesma assegura em seu artigo 205 que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Engendrando assim, uma trajetória de lutas e manifestações da sociedade rural, por meio dos movimentos sociais organizados do campo em busca de garantia de seu direito social constitucional, a educação para todos de modo a atender o desenvolvimento pleno do indivíduo e sua formação cidadã para um bom convívio social.

A partir da década de 90 introduziu-se na legislação educacional uma forma de estruturação dos sistemas de ensino, onde na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de número 9394/96 ressalta a necessidade de desassociar a escola rural do ideário da escolarização urbana. Porém são poucas as Escolas do Campo, na Educação básica que façam mão dos marcos legais próprios para a Educação do Campo para organizar os processos educativos e funcionamento da escola.

O debate sobre uma educação que de fato fosse do campo e não mais para o campo deu-se por iniciativa de cobrança dos mais diversos movimentos sociais do campo equacionando-se por meio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST ao entender que sem um projeto de educação que contextualize a sua prática escolar com a realidade dos sujeitos camponeses não faria sentido ao ideal de sociedade pensada pelos coletivos sociais, a qual ficou validado no final da II Conferência (2004).

Um projeto de sociedade que seja justo, democrático e igualitário; que contemple um projeto de desenvolvimento sustentável do campo, que se contraponha ao agronegócio e que garanta: a realização de uma ampla e massiva reforma agrária; demarcação das terras indígenas; o fortalecimento e expansão da agricultura familiar/camponesa; as relações/condições de trabalho, que respeitem os direitos

¹ Mestrando em Educação e Diversidade–MPED da Universidade do Estado da Bahia, luzenselima@gmail.com ;

² Doutora em Educação pela Universidade de Brasília- DF, juci.ferreira@bol.com.br .

trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores e trabalhadoras rurais; a erradicação do trabalho escravo e da exploração infantil; o estímulo à construção de novas relações sociais e humanas, e combate a todas as formas de discriminação e desigualdade fundadas no gênero, geração, raça e etnia; a articulação campo-cidade, o local-global (Declaração Final, 2004, p. 2).

Considerando o pensamento dos movimentos sociais camponeses numa visão de consolidação de uma vida social arraigada pelo bem estar social de toda população é que o MST assume a luta por um projeto educativo mais amplo, onde a escola partisse dos problemas postos pela comunidade contextualizando-os e ampliando o conhecimento local para o global; e para que essa educação diferenciada tendo como ponto de partida a realidade dos educandos camponeses ganhasse espaço na pauta dos governos e suas políticas educacionais, disputando contra as políticas e o pensamento neoliberal.

Neste contexto, surge a realização de diversos debates por uma educação pública de qualidade para os camponeses. Em 1997, acontece o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária – I ENERA, projetado pelo MST em parceria com a UnB – Universidade de Brasília, entre outras entidades; em 1998, a I Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”, ideia nascida do ENERA, com o intuito justamente de questionar junto ao Estado o tipo de educação que está sendo ofertada a população do campo e a quem a mesma representa. Para Arroyo (2004), não basta ter escola no campo; é necessário construir escolas do campo, ou seja, escolas com um projeto político – pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo. Busca-se então a implementação de políticas públicas construídas em consonância estado e sociedade como garantia de um atendimento diferenciado as peculiaridades dos sujeitos e de suas demandas nos campos sociais, econômicas e culturais.

Logo após a realização da I Conferência, os idealizadores da mesma constataram que se fazia necessário mais espaços e debates sobre uma proposta de educação condicionada as especificidades do campo, constituindo então a Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo que no ano de 2004 realizou a segunda Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo.

Em consonância a este contexto que vive a Educação do Campo e institucionalização de lugares para discussão em defesa de um processo educacional voltado a realidade dos trabalhadores rurais, nasce o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (Pronera), por meio do qual universidades públicas promoveram a alfabetização de jovens e adultos e a formação docente de nível superior para a atuação de educadores na Educação do Campo, sendo o mesmo aparição do debate coletivo desenvolvido no I ENERA.

No ENERA participaram cerca de 700 pessoas, sendo assentados e acampados, educadores a maioria, representantes de universidades e de instituições que apoiam o Movimento ou com ele têm parceria. O eixo de reflexão do ENERA eram problemas econômicos, sociais e educacionais de acampamentos/ assentamentos. Analisou-se da educação infantil à educação de jovens e adultos. As principais conclusões mostraram que apesar do descaso e do abandono do governo federal, efervesciam experiências, frutos de concepções pedagógicas desenvolvidas na luta pela Reforma Agrária pelos militantes do MST (MOLINA, 2003, p. 49).

Essa coletividade das mais diversas instituições e camadas populares é um dos aspectos importantes para a ampliação da discussão acerca da Educação do Campo, na qual contempla as demandas e os problemas presentes no campo.

Os esforços e lutas incansáveis dos movimentos sociais do campo apoiado a outras instituições de representação social, lograram mais uma conquista importante para a

consolidação da Educação do Campo, onde foram instituídas as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo com o parecer de nº36/2001 aprovado pelo CNE gerando a Resolução CNE/CEB Nº. 01 de 03 de abril de 2002 que as institui de fato e consolida um marco histórico para a Educação do Campo no Brasil.

Tais diretrizes definem a identidade da escola do campo:

[...] pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no País. (BRASIL, 2002, p.37).

Como forma de solidificar e efetivar o artigo 3º da Resolução CNE/CEB nº01/2002 (que trata das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo) onde destaca que o Poder Público deva considerar a magnitude da importância da educação escolar para o exercício da cidadania plena, onde a primazia seria basicamente o desenvolvimento de um país cujo paradigma tenha como referências principais a justiça social, a solidariedade e o diálogo entre todos, independentemente de sua inserção em áreas urbanas ou rurais. Tudo isso viria a culminar, entre outras conquistas, na garantia da universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico. Criou-se então em 2004 a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, no âmbito do Ministério de Educação, criando dentro da SECAD a Coordenação Geral da Educação do Campo que veio a tornar-se uma instância federal específica para tratar das demandas do campo; nesse mesmo ano foi realizada a II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, mais uma conquista do homem campesino, ora fortalecidos os seus ideais através das supracitadas associações.

Em 2008 foi aprovada pelo CNE a Resolução de nº 2, de 28 de abril de 2008, que estabeleceu diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, dando ênfase para a oferta prioritariamente nas comunidades de origens dos educandos e salientando que na impossibilidade dessa oferta o processo de nucleação não deve ser uma medida arbitrária do poder público e sim uma decisão democrática e consensual entre as partes envolvidas.

Em 2010 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assinou o decreto tratando da política de Educação do Campo onde determina que a escola deve respeitar toda e qualquer diversidade em geral das inúmeras comunidades rurais do território nacional.

O decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 trata acerca da política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera. De acordo com artigo 2º:

São princípios da educação do campo:

I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

Por meio de lutas, resistências e conquistas dos movimentos sociais e de parcerias com as mais diferentes entidades e órgãos públicos, a Educação do Campo vem se constituindo e se fortalecendo enquanto concepção educacional pensada com seus sujeitos e não para os mesmos, rompendo com o projeto de educação rural. Configura-se então, a sonhada e idealizada Educação do Campo como modelo educacional implementado nas agendas oficiais dos poderes públicos nas esferas federal, estadual e municipal por força de determinações e legislações legais conquistadas pela pressão dos movimentos sociais.

Diante desse contexto, buscamos investigar “ O percurso histórico da Educação do Campo de Santa Luz – Ba, no período de 1997 à 2017”, indagamos sobre quais projetos, programas e ações de educação foram realizados no meio rural do município de Santa Luz - Ba no período de 1997 a 2017? Quais as diretrizes e referenciais de gestão da educação o município tem efetivado para assegurar uma Educação do Campo? Objetivamos, sobretudo, analisar o percurso histórico da Educação do Campo no município de Santa Luz – Bahia, no período de 1997 a 2017 e suas contribuições para a efetivação de uma escola do campo comprometida com a luta social e resistência dos povos camponeses no Território de Identidade do Sisal.

Outrossim, buscamos ainda, no decorrer da pesquisa identificar nas políticas, programas e ações para a Educação do Campo no município, as concepções e natureza das diretrizes e referenciais de gestão educacional que se apresentam no período de 1997 a 2017.

Frisamos ainda, que mesmo diante de tantas lutas e conquistas consideráveis por parte dos movimentos sociais do campo, por uma proposta de educação que respeite as singularidades culturais e regionais opondo-se ao modelo de educação que coloca a população camponesa a serviço do agronegócio que desconsidera seu contexto local em detrimento do contexto urbano, nota-se na prática a existência da educação rural que acontece de forma descontextualizada do sujeito do campo, seus interesses e necessidades cotidianas, refletindo nos atuais índices educacionais nacionais divulgados pelo movimento Todos pela Educação, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que nos mostram que 65,8% concluem o ensino fundamental e apenas 47,4% terminam o ensino médio no campo, demonstrando que 18,4% dos estudantes do campo interrompem sua escolarização seja por reprovação ou até mesmo pelo abandono escolar. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa documental em andamento, que envolve inicialmente um estudo teórico sobre a Educação do Campo e seus percursos históricos, a fim de compreendê-la. Fundamentamo-nos em autores como: Arroyo, Caldart e Molina (2004), Arroyo (2012), Caldart (1997), Mészáros (2005).

Estão sendo catalogados, a partir dos arquivos da Secretaria de Educação de Santa Luz – Bahia, assim como, no Conselho Municipal de Educação documentos relacionados à Educação do Campo no período de 1997 à 2017, quando a Educação do Campo é assumida como uma modalidade de ensino e se iniciam as campanhas e conferências de implantação e reconhecimento da mesma. Tem-se o intuito de delinear as ações desenvolvidas por estes órgãos no período supracitado, perpassando os diferentes momentos históricos para compreender, a partir da pesquisa documental e de entrevista como a Educação do Campo foi tratada pelos referidos órgãos oficiais municipais. **Resultados e discussões:** Esta pesquisa encontra-se em andamento, portanto não é possível denotar com rigor todos os resultados

logrados. Mas, algumas considerações já podem ser salientadas no tocante, por exemplo a dificuldade de acessar os documentos oficiais da Secretaria Municipal de Educação e a inexistência de documentos no Conselho Municipal de Educação voltados para a Educação do Campo no município.

Diante das ações já realizadas no desenrolar deste projeto é possível discorrer que após uma etapa de investigação para fundamentação teórica, encontramos poucos documentos que se encontram em fase de tratamento e catalogação. Além disso, o fechamento de Escolas do Campo, é fato no Município de Santa Luz, justificado pela necessidade de reordenamento da rede municipal, tendo em vista que muitas dessas unidades possuíam um quantitativo muito pequeno de discentes e, segundo o poder público compromete o financeiro, visando a melhoria da qualidade da educação com a redução de turmas multisseriadas. Faz-se importante indagar: em que medida o fechamento de Escolas do Campo se atrela à implementação de políticas neoliberais no âmbito da educação e não simplesmente a uma questão orçamentária? E, até que ponto o discurso sobre a escassez de orçamento não se materializa como mais uma estratégia de avanço do pensamento neoliberal para as políticas de Educação do Campo e do país? **Conclusão:** Fomentado essas considerações históricas da educação do campo no Brasil, nota-se a real necessidade de alargar o debate acerca da educação brasileira especialmente da Educação do Campo.

A população camponesa por muitos anos esteve sujeitada a propostas de educação pensadas e elaboradas para a cidade, as quais contrapunham as características singulares do homem e da mulher do campo submetendo-os à discriminação e exclusão.

Neste contexto de exclusão e negação de direito aos rurícolas, surge no final da década de 80 as mobilizações dos mais diversos movimentos sociais camponeses, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST.

Portanto, os Movimentos Sociais do Campo têm o papel fundamental de resistência e conquistas das lutas em favor da terra e da educação que pensa as especificidades da Educação do Campo brasileira o papel fundamental dos movimentos sociais e sua resistência para a conquista desse modelo de educação que pensa as especificidades do campo e sua população. Nessa perspectiva nossa pesquisa tem a tarefa de estudar os processos históricos dessa modalidade de educação no município de Santa Luz, Território de Identidade do Sisal.

Palavras-chave: Educação do Campo, Movimentos Sociais, Políticas Públicas.

Referências:

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 e3 janeiro de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispões sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.** Diário Oficial da União. 2010.

BRASIL. (1996). **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

_____. (2001). **Parecer CNE/CEB nº 36/2001, de 4 de dezembro de 2001.** Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Brasília,

MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/EducCampo01.pdf>. Acesso em: 15 de janeiro de 2019.

G1.COM. **Quase 4 em cada 10 jovens de 19 anos não concluíram o ensino médio, aponta levantamento.** Disponível em <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/12/18/quase-4-em-cada-10-jovens-de-19-anos-nao-concluíram-o-ensino-medio-aponta-levantamento.ghtml>. Acesso em: maio 2019.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Saleté; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo.** Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **A contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de educação do campo e desenvolvimento sustentável.** 2003. Tese. (Doutorado em desenvolvimento sustentável). Centro de desenvolvimento sustentável da Universidade de Brasília, Brasília, 2003.